



Governo Lula quer congelar serviço público por 10 anos

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO, AOS SERVIDORES PÚBLICOS E AO CONGRESSO NACIONAL

Durante décadas, as elites dominantes vêm tratando o poder público como seu próprio balcão de negócios. Milhões em recursos foram sistematicamente desviados em proveito da mais deslavada corrupção e do beneficiamento aos grandes grupos econômicos.

Enquanto os cofres públicos financiavam essa farra desmedida, os seguidos governos hipocritamente deslançaram uma sórdida campanha de ataques ao funcionalismo, apresentando os servidores como preguiçosos, descomprometidos e arrivistas. Com o pretexto de caçar supostos marajás, a perseguição aos servidores públicos foi consagrada como o esporte preferido dos governos de plantão, devidamente manipulada pela propaganda interessada dos grandes meios de comunicação.

Na verdade, a imensa maioria dos servidores é feita de trabalhadores e trabalhadoras totalmente devotados ao bem

coletivo, tendo que enfrentar no seu dia-a-dia uma série de dificuldades para poder servir à população de forma correta e honesta. Além dos baixos salários, faltam muitas vezes as mínimas condições de trabalho, o que faz dos serviços públicos razão do compreensível descontentamento dos principais interessados: as camadas populares mais necessitadas.

O governo Lula, ao manter os fundamentos da política neoliberal, aprofundou essa situação de ataque aos servidores e aos serviços públicos. Segue aplicando uma política econômica que privilegia os interesses do grande capital e penaliza a população por meio dos mecanismos de controle rigoroso do superávit primário. Enquanto o governo não poupa recursos para banqueiros e grandes empresários, faltam recursos para a saúde e a educação, a previdência e a segurança.

PLP 549: mais um ataque contra os direitos da população e os serviços públicos

A título de contenção de despesas, foi estabelecida ainda no governo FHC a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que estabelece mecanismos de controle dos gastos com pessoal. Desde a criação, a LRF constituiu-se no mais eficiente argumento dos governantes para intensificar o arrocho salarial sobre servidores e aposentados. Agora, Lula quer aumentar ainda mais esse controle, instituindo através do Projeto de Lei Complementar PLP 549/2009 um novo golpe contra os direitos da população e os serviços públicos.

Se for aprovado, o PLP 549/2009 irá permitir aos governos limitar pelos próximos dez anos as despesas com pessoal e encargos e com a construção de

novas sedes, ampliações ou reformas da Administração Pública. Pela letra do projeto, a partir do exercício financeiro de 2010 até o término do exercício de 2019, a despesa com pessoal e encargos sociais da União, para cada Poder e órgãos referidos no art. 20 da LRF, não poderá exceder, em valores absolutos, ao valor liquidado no ano anterior, corrigido pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou o que venha a substituí-lo, verificado no período de doze meses encerrado no mês de março do ano imediatamente anterior, acrescido de 2,5% ou da taxa de crescimento do PIB, o que for menor.

Ou seja, enquanto que a LRF estabelece limites em função da arrecadação, o PLP 549 o faz em função da despesa realizada. Isso significa que, atualmente, mesmo com todas as limitações da LRF, os servidores podem obter algum tipo de reajuste salarial no caso de

um incremento da arrecadação da União, Estados e Municípios. O PLP 549 amarra totalmente os gastos com servidores e a melhoria dos serviços públicos, uma vez que a taxa de correção admitida (inflação + 2,5% no máximo) tende a ser consumida apenas com a implementação das aposentadorias e dos direitos decorrentes de planos de cargos (gastos vegetativos).

Em suma, o PLP 549/2009 congela as remunerações dos servidores públicos municipais e estaduais por dez anos, e no caso dos federais por mais dez, dificultando seriamente - quando não impossibilitando - a ampliação do contingente de profissionais para o atendimento da população (médicos professores, policiais, etc) bem como os investimentos com a construção, reforma, ampliação e manutenção dos serviços públicos.

Revela-se aqui o evidente impacto para a população, que

sem dúvida crescerá ao longo de dez anos e deixará de ser atendida satisfatoriamente em suas necessidades mais básicas, especialmente saúde, educação e segurança.

O PLP 549/2009 não pode seguir tramitando no Congresso Nacional sem que seja melhor debatido, não apenas pelo corpo de servidores públicos das três esferas e dos três poderes, mas por toda a sociedade brasileira. Não podemos deixar passar este texto sob pena de abirmos mão da nossa dignidade como trabalhadores e da nossa qualidade de vida como cidadãos.

Nesse sentido, aplaudimos o voto da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, que decidiu pelo arquivamento do projeto. Aguardamos que a Comissão de Finanças e Tributação confirme essa decisão e encerre de vez esse triste caso.

Por um serviço público adequadamente remunerado em condições de atender as necessidades da população:

PLP 549 NÃO!!!

**TODOS À CÂMARA DE VEREADORES!
AUDIÊNCIA PÚBLICA CONTRA O PLP 549
Dia 17 de junho (5ª feira) às 14h**

**SINTSEF-CE • SINDIFORT • SINPRECE • INTERSINDICAL • CONLUTAS •
ASSINCRA • ASSIBAMA • ASSECAS • SINDETRAN • SINDGUARDAS •
SINDIFISCO • ASSERTRA • SINDTEXTIL • SASEC • SINDIFAM • SINDIAUDIF •
SINDILURB • SINDIODONTO • SINDIVET • SENECE**